



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSESSORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEAM.

Auto de Infração 00071/2006

FEAM 21/08/2006 09:08 - F063116/2006

MUNICÍPIO DE LAVRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 18.244.376-0001-07, com sede administrativa na Av. Sylvio Menicucci, nº 1.575, Bairro Kennedy em Lavras/MG, representada por sua Prefeita Municipal, **Dra. JUSSARA MENICUCCI DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, advogada, residente e domiciliada a Rua Desembargador Sabino Lustosa, n.º 200, Bairro Cruzeiro do Sul, nesta cidade de Lavras/MG, vem, com os respeitos devidos à presença de Vossa Excelência, pelo procurador signatário (doc.j), com fundamento no art. e demais aplicáveis à espécie, apresentar

DEFESA ADMINISTRATIVA

em face do Auto de Infração nº 00071/2006 da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, com endereço a Avenida Prudente de Moraes, 1671 – Bairro Santa Lúcia – Belo Horizonte - CEP 30.380-000, aplicada por sua Servidora Denise Marília Bruschi, sob alegação de descumprimento dos incisos I, II e V do art. 2º da Deliberação Normativa COPAM nº 52/2001, causando ou provocando degradação ambiental.

Preâmbulo

Dispõe o artigo 225 da Constituição Federal que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSESSORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

14

Desta forma, o Município de Lavras ora defendente em momento algum perdeu de vista os comandos não só da Constituição Federal, mas vem de forma efetiva cumprindo rigorosamente com a Lei ambiental, não podendo admitir que prevaleça as injustas imputações de degradação ambiental.

Antes de adentrar no mérito, importante para o melhor entendimento da matéria, tecer esclarecimentos acerca da coleta e disposição de lixo doméstico no município de Lavras – MG.

Primeiramente causou-nos estranheza o auto de Fiscalização e Infração nº 00071/2006, posto que a mesma fora feita em data exatamente no momento em que todos os problemas relacionados a coleta e disposição de lixo doméstico em nosso município encontravam-se equacionados.

Cumpra ainda salientar, que a questão ambiental especificamente a coleta e disposição do lixo doméstico no município de Lavras vem recebendo os maiores investimentos e tratamento responsável em toda a sua história, posto que, a atual administração tem como princípio maior a melhor qualidade de vida para seus munícipes, e essa qualidade de vida superior, passa forçosamente pela saúde pública, onde se insere a coleta e disposição de lixo doméstico.

- II -

Breve Histórico dos Fatos

Em janeiro de 2005, quando atual administração iniciou seus trabalhos encontrou a coleta e disposição do lixo doméstico em verdadeiro estado de calamidade pública, vez que, a empresa que até então no mês de dezembro de 2004, abandonou definitivamente os trabalhos, não necessitando alongar na redação para se ter uma noção do estado em que resultou tamanha irresponsabilidade.

Não restou alternativa a não ser a contratação em caráter emergencial de empresa para a coleta e disposição do lixo doméstico, não querendo ser repetitivo, há muitos dias no município não era coletado o lixo doméstico e o aterro controlado fora abandonado, restando a céu aberto sem o devido esteiramento e cobertura o que ali antes fora depositado.

2




PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSESSORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



Após sanadas as primeiras irregularidades o que demandou além de contratação de maquinário pesado, o desvio de toda a frota mecanizada do município para abertura de frente de trabalho no aterro controlado.

Posteriormente foi pelo município licitado os serviços de coleta e disposição do lixo doméstico, sendo vencedora do certame a empresa CSD – Engenharia e Comércio Ltda., que vem desde 15 de fevereiro do corrente então operando o aterro controlado até a construção do Aterro Sanitário.

Com relação ao aterro sanitário, da mesma forma, pelo Município Lavras foram licitadas as obras para sua implantação, sendo vencedora do certame a empresa Berma Engenharia Ltda.

Assim, podemos afirmar, tomando por base as ações desenvolvidas para a preservação do meio ambiente, nunca em todas as administrações passadas fora feito tanto para o perfeito atendimento a população em especial a coleta e disposição de lixo doméstico.

No Mérito

Foi pela fiscalização exercida pela Servidora Denise Marília Bruschi, em verificação de cumprimento das determinações do art. 2º da Deliberação Normativa Copam nº 52 de 14/12/2001 na data de 27 de julho de 2006, as 08:35 as seguintes irregularidades:

- a) existe uma nascente a cerca de 100 m a jusante do maciço de resíduos;
- b) não foi executado sistema de drenagem pluvial da área;
- c) havia 11 catadores no local bem como cães e urubus;
- d) parte dos resíduos mais antigos estava sem recobrimento;
- e) a área encontrava-se cercada, porém não havia portão de acesso; e uma pequena quantidade armazenada sem cobertura.

Com base nestas constatações diga-se através de relatório de Vistoria nº 015893/2006, sem que fosse apresentado o nome de se subscritor foi lavrado auto de infração de nº F 00071/2006, por descumprimento dos incisos I, II e V do art. 2º da Deliberação Normativa COPAM nº 52/2001, provocando degradação ambiental, aplicando multa no valor de R\$ 40.001,33 (quarenta mil, um real e trinta e três centavos).



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSESSORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



O auto de infração e multa aplicada contra o município não pode prosperar tendo em vista as ações que vem sendo implementadas pela atual administração, não sendo verdadeiras as constatações contidas no referido auto, o que de pronto repele.

Cumprе ressaltar que no dia da verificação "in locu" realizada pelo representante da FEAM, foi pelo município designado a servidora Cyntia Pierangeli - Engenheira Civil para que acompanhasse o fiscal do FEAM, o que efetivamente foi feito se deslocando para o local designado.

Naquela data e local, se apresentou a pessoa de Breno Machado Gomes de Oliveira se identificando como fiscal da FEAM para a execução de fiscalização e verificação do local, contudo, não pode sustentar o Sr. Fiscal as ocorrências contidas no Auto de Fiscalização, posto que, as mesmas, vem penalizar sobremaneira o município, principalmente no momento em que todas as irregularidades herdadas de administrações passadas encontravam-se sanadas.

Não pode afirmar o Sr. Fiscal a existência de nascente a jusante do maciço de resíduos, mesmo porque o mesmo (fiscal) não se desincumbiu de localizar a suposta nascente e muito menos se deu o trabalho de medir através de material apropriado ou mesmo GPS qualquer nascente locada a jusante do maciço de resíduos.

A época da verificação foi contestada a distância de nascente aposta no relatório datado de 24 de junho de 2006, contudo tal contestação não foi considerada pelo então fiscal Sr. Breno, que repetimos, não se desincumbiu de medir qualquer distância.

Com relação à drenagem pluvial, o Sr. Fiscal de nome Breno, mais uma vez demonstrou sua disposição em apenas o município, vez que, as trabalhos de drenagem pluvial vinha sendo executado de maneira satisfatória, a conter as águas das chuvas impedindo desta forma interferência dessas águas com o lixo depositado.

Cumprе ressaltar que são serviços extremamente caros para o município, que foram executados pela empresa CSD Engenharia e Comércio Ltda, que como dito anteriormente opera o aterro controlado e não foram constatados pelo Fiscal que ao nosso sentir estava disposto tão somente em apenas o Município de Lavras, que vem a duras penas tentando cumprir com suas obrigações.



17

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSESSORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Com relação à presença de catadores, cães e urubus no local, mais uma vez, o Sr. Fiscal de forma dura, constata não o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Município, mas tão somente a presença de pessoas (catadores) que naquela data finalizava a coleta de material reciclável, haja vista, as ações mitigadoras desenvolvidas pelo Município através da Secretaria de Bem Estar Social, que vem colocando os então "catadores de lixo" em empregos fixos com todas as garantias constitucionais, a exemplo da própria CSD Engenharia e Comércio Ltda., que opera o aterro controlado, já fez integrar em seus quadros de funcionários 05 (cinco) ex-catadores de Lixo.

Da mesma forma, a conveniada com o Município Fundação Pro-Defesa Ambiental e ACAMAR – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Lavras, que elaborou o Plano Social, construiu em parceria com o Município uma fábrica de vassouras ecológicas, tudo para a retirada dos catadores que trabalhavam no aterro controlado, tudo podendo ser constatado através dos documentos juntados com a presente defesa, entre eles podemos destacar, declaração firmada pela CSD Engenharia e Comércio Ltda, pela Fundação Pró-Defesa Ambiental e Acamar e por último pelo ofício 1129/2006 da Secretaria Municipal do Bem Estar Social, dando conta dos trabalhos desenvolvidos junto ao citado aterro.

Assim a constatação do Sr. Fiscal no Auto de Infração não pode prosperar devendo ser reavaliada.

Com relação à constatação de que parte dos resíduos estava sem recobrimento, mais uma vez, foi extremamente severo o Sr. Fiscal, vez que as ações que vem sendo desenvolvidas diariamente junto ao aterro controlado não deixa qualquer material sem recobrimento.

O serviço de recobrimento do lixo coletado é desenvolvido com base na melhor técnica, ou seja, esteirado e recoberto diariamente com terra apropriada, com não menos 20 (vinte) centímetros de terra.

Verificando o material fotográfico, bem como o depoimento dos servidores que acompanharam aquela vistoria nos da conta de que a esdrúxula constatação do Sr. Fiscal em razão de mal entendido, que vez que, o suposto material antigo sem recobrimento, na verdade estava naquele momento sendo esteirado e coberto, sendo então confundido com lixo antigo.

5



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSESSORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

18
COP

A constatação de que não havia na área destinada ao aterro controlado portão de acesso, não pode da mesma forma prevalecer, posto que, desde a contratação da empresa CSD Engenharia e Comércio Ltda., a mesma se desincumbiu de além de reformar a cerca já existente, foi responsável pela construção de portão e controle de acesso, sendo este, executado por funcionário da empresa, que controla além da entrada de veículos com material a ser depositado, o trânsito de pessoas, impedindo ainda aqueles que desejam separar material reciclável.

Da mesma forma não havia vestígios de pneus queimados, ficando tais assertivas tão somente na mente do Sr. Fiscal, posto que, conforme já amplamente explanado, desde a data da posse da atual administração a deposição bem como a queima de pneus junto ao aterro controlado é proibida, não havendo possibilidade de haver vestígios de queima e muito menos “uma pequena” quantidade armazenada sem cobertura.

Importa salientar que, os pneus tidos como “pequena quantidade armazenada” foi utilizada como proteção para as mudas de Ipês (árvores) plantadas ao longo das cercas divisórias do aterro controlado.

Causa estranheza o fato de que foi pelo gerente do aterro devidamente explicado ao Sr. Fiscal presença daquela pequena quantidade de pneus bem como a sua destinação (proteção das mudas) contudo, sem explicação fez constar em relatório como irregularidade.

Desta forma, as supostas irregularidades verificada no aterro controlado pelo Município de Lavras foram devidamente contestadas devendo ser outra vistoria realizada, para a comprovação das alegações aqui lançadas.

Importa ainda enfatizar que, no dia 18 de julho do corrente ano, o município de Lavras recebeu a visita da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, composta pelas autoridades, Deputados Irani Barbosa e Célio Moreira, do Presidente da FEAM – MG, Dr. Ilmar Bastos Santos, assessorado por vários técnicos, que efetivamente visitaram o aterro controlado de Lavras, sendo que ao final da visita, teceram elogios e cumprimentaram os responsáveis pela operação do aterro da maneira e o cuidado em que era tratado a coleta e a disposição do lixo em Lavras, tudo comprovado através da mídia digital (DVD) que acompanha a presente defesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSESSORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



Além do aterro sanitário a referida comissão visitou várias empresas situadas no município que tratam resíduos industriais, além da fábrica de vassouras doada pela Prefeitura Municipal de Lavras a Associação dos Catadores de materiais Recicláveis de Lavras – MG.

E os excessos cometidos pela fiscalização não ficaram somente no auto de fiscalização, vez que, emitiram auto de infração no valor de R\$ 40.001,33, (quarenta mil, um real e trinta e três centavos) o que com certeza irá sangrar os cofres municipais que, não diferente de outros municípios encontra-se com suas finanças totalmente comprometidas.

Não é por demais lembrar que aplicação de multa aos municípios, especialmente aquelas oriundas de supostos descumprimento da legislação ambiental, só vem contribuir para o agravamento da situação, posto que, como dito anteriormente, se existem irregularidades estas se devem a ausência de recursos financeiros e a aplicação de multa em nada contribui para a solução, ao contrario, agrava a situação do município.

Não há de se cogitar a ocorrência de degradação ambiental por descumprimento de Deliberação Normativa do COPAM, pois mais interessa ao Município Recorrente a preservação do meio ambiente, não havendo a mais remota possibilidade de se admitir a deliberação nesse sentido.

Conforme comprovam os documentos, entre eles, declarações, contratos, material fotográfico, mídia digital (DVD) todos anexos a presente defesa, o Município Recorrente demonstra de maneira e clareza solar a inexistência das irregularidades contidas no auto de Infração nº 000171/2006, soando falaciosas as imputações a ele lançadas.

Restou comprovado que em nenhum momento praticou ou deixou de praticar o município qualquer ato que viesse a causar dano ao meio ambiente ou mesmo descumprir a legislação ambiental.

Como já foi dito, a multa imposta pelos supostos atos degradantes no valor de R\$ 40.001,33, (quarenta mil, um real e trinta e três centavos) correspondem parte das receitas públicas destinadas justamente a mitigar as responsabilidades com o meio ambiente, que prevalecendo, fatalmente irá comprometer sobremaneira as finanças públicas, agravando ainda mais a situação de verdadeira miséria.





20

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSESSORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Assim, considerando que não existiu qualquer tipo de dano ambiental, ante a comprovação da inexistência das irregularidades apontadas no esdrúxulo Auto de Infração, espera o Município Defendente, que o presente recurso seja recebido e conhecido, dando-se inteiro **PROVIMENTO**, e por consequência seja anulado o auto de infração n.º 00071/2006, certo de que assim agindo, estará o emérito julgador distribuindo a mais salutar JUSTIÇA

Nestes Termos, com os documentos que acompanham,

Pede deferimento.

Lavras/MG, em 17 de agosto de 2006.


Prefeitura Municipal de Lavras - MG

Silvio César de Castro
Assessor de Assuntos Jurídicos PML
OAB/MG 59.422